

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.050 - SP (2018/0300649-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : MARGARETH MENDES DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : CARLOS EDUARDO CHAVES**  
**AGRAVANTE : MULTIMEX S/A**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ AZAMBUJA DA ROCHA - RS024137**  
**FELIPE SARDENBERG MACHADO E OUTRO(S) - ES011613**  
**AGRAVADO : COMPANIA SUD AMERICANA DE VAPORES S.A.**  
**REPR. POR : CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE**  
**TRANSPORTES LTDA**  
**ADVOGADOS : ROGÉRIO FREITAS CARVALHO - SP148503**  
**BAUDILIO GONZALEZ REGUEIRA E OUTRO(S) - SP139684**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica Presença dos pressupostos legais que permitem sua adoção Cabimento da inversão do ônus da prova, competindo aos sócios, por se acharem mais próximos das atividades da empresa, de seus registros contábeis e negócios, demonstrar que o desaparecimento do expressivo patrimônio se deu apenas em razão do risco da atividade - Determinação mantida.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Ausência de bens penhoráveis pertencentes à devedora - Requerimento de bloqueio de viagens ao exterior de seus sócios - Inadmissibilidade Impossibilidade de, com base no artigo 139, inciso IV, do CPC/2015, impor restrição de modo unilateral a direitos individuais do devedor Medida desproporcional, a menos que se localize bens a eles pertencentes no exterior Modificação parcial da decisão interlocutória Recurso provido em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Inexistência de quaisquer dos defeitos mencionados pelo artigo 1.022 do Código de Processo Civil Embargos rejeitados.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 371 do CPC; 50 do Código Civil, além de divergência jurisprudencial.

Alega que não houve manifestação expressa que indicassem quais seriam os fatos comprovados que demonstram a existência de abuso de personalidade ou confusão patrimonial.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou a ocorrência dos requisitos autorizadores para determinar a desconsideração da personalidade jurídica, assim se pronunciando:

[...]

Os fatos comprovados nos autos indicam, com segurança, que a hipótese é mesmo de desconsideração da personalidade jurídica, diante a situação criada em detrimento dos credores.

Simplesmente desapareceram mais de R\$ 85.000.000,00 que formavam o capital da empresa, sem que tenha havido uma explicação plausível, uma justificação ponderada, uma afirmação provada.

Exatamente por este aspecto, a r. decisão adotou o caminho correto, admitindo a ocorrência de confusão entre os patrimônios, porquanto diante da própria atitude omissiva da devedora, os sócios têm como saber onde se encontra o patrimônio da empresa. Ora, neste caso, se aquela perdeu o poder de administrar seus bens, que foram excluídos de suas atividades, resulta claro que ficaram sob a administração dos agravantes.

Bens de outrem administrados por terceiros sem restrição caracteriza a confusão patrimonial que exige o art. 50 do Código Civil.

Nestor Duarte (Código Civil Comentado, coord.

Ministro Cezar Peluso, 6ª edição, p. 59), afirma que “muitas vezes os sócios ou administradores, agindo contrariamente às finalidades estatutárias ou abusando da personalidade jurídica da pessoa jurídica, acarretam prejuízos a terceiros, quase sempre pela promiscuidade dos negócios próprios com os da entidade que administram. A fim de por cobro a esses desvios é que se formou a doutrina conhecida como disregard of legal entity, também chamada doutrina da penetração, para vincular e atingir o patrimônio dos sócios.”.

Diante do quadro de penúria a que foi levada a empresa devedora e diante do elemento de convencimento da ocorrência de confusão patrimonial, como acima identificada, cabia aos agravantes a prova do destino daquele importante numerário e, nesse caso, deve ser aplicada a distribuição dinâmica do ônus da prova, como, aliás, de forma magistral afirmam Walfrido Jorge Warde e o Desembargador

Cesar Ciampolini Neto (Responsabilidade dos Sócios, Ed, Del Rey, 2007, p. 327/333), a saber: “... em casos em que se requer imputação de responsabilidade, via desconsideração da personalidade jurídica, em virtude do significado fluido e discutível de seus critérios de aplicação, a prova é ainda mais difícil, por vezes impossível. Exatamente por isso, muitos precedentes em que é aplicada a disregard doctrine são marcados pela facilitação da prova da ocorrência de suas causas, quando não pela imputação de responsabilidade por mera alegação de fato constitutivo do direito. O acesso mais facilitado à prova da aquisição, pelo sócio, do controle empresarial decorrente da apropriação dos meios de produção revela outra vantagem da disciplina da responsabilidade sobre a teoria da desconsideração, mas evidencia também a importância, nesse caso, da inversão de seu ônus por meio da presunção relativa. A dúvida do magistrado, não fossem as regras de julgamento, determinaria em desprezo aos fins próprios da atividade jurisdicional que pronunciasse o non liquet. O ônus da prova, apoiado na lógica da justiça distributiva e na igualdade das partes é por excelência, uma regra de julgamento.

Sua efetividade depende, contudo, de que seja ao menos preciso o objeto da prova, i.e., o fato que se pretende provar. Quando o que se quer provar são fatos cujo próprio significado é duvidoso ou disputado (e.g., fraude, abuso de direito, abuso de personalidade jurídica, nem mesmo as regras de julgamento é capaz de evitar que a prova reste frustrada.”.

Diante disto e levando-se em conta que o novo Código de Processo Civil admite a inversão do ônus da prova, em caso de dúvida sobre o fato objeto de análise, ante a ausência de justificativa e prova do esvaziamento patrimonial da empresa devedora, cabe aos sócios provar que não ocorreu apropriação, por eles ou com a participação ou autorização deles, dos meios de produção da sociedade.

Não é demais afirmar que aos sócios é muito mais fácil comprovar o destino daquela fortuna, porquanto eles têm acesso à contabilidade da empresa, seus lançamentos, demonstrativos financeiros etc.

Diante destas considerações, a decisão relativa à desconsideração da personalidade jurídica foi bem decretada.

Resulta evidente que, ao contrário do alegado pelos agravantes, não se pode admitir se tratar de mera insolvência da empresa devedora.

Diante disso, tendo em vista os fugidios conceitos dos fatos ensejadores da desconsideração da personalidade jurídica, ante o fato aqui apontado, cabe aos agravantes a prova de mera insolvência,

porquanto persiste a presunção relativa, que eles deveriam ilidir, da apropriação dos meios de produção da empresa e do estabelecimento da confusão patrimonial.

Entretanto, com o mais profundo respeito ao entendimento adotado na r. decisão interlocutória recorrida, o fato é que, pelo menos ainda, não é possível a adoção da medida de evitar a saída dos agravantes do País até que a execução esteja garantida.

Claro que, se descoberto patrimônio no exterior, a decisão pode ser modificada para garantia de que este não sofrerá dilapidação ou manobra de subtração da garantia aos credores. Entretanto, por agora, a medida se mostra desproporcional.

[...]

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem e, com isso, descaracterizar a desconsideração da personalidade jurídica, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em conformidade, cito o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.  
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.  
APLICAÇÃO. TEORIA MENOR. INOVAÇÃO.  
INADMISSIBILIDADE.

DECISÃO. EFEITOS. EXTENSÃO. BENS DO CÔNJUGE DA  
SÓCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. É inadmissível a adição de teses não suscitadas sequer nas razões ou contrarrazões do recurso especial por consistir em indevida inovação.

2. A desconsideração da personalidade jurídica, quando cabível, atinge os bens dos sócios ou administradores que praticaram ou se beneficiaram da conduta ilícita. Não havendo no acórdão local qualquer informação de que o cônjuge da sócia se enquadre numa daquelas situações, o reexame da questão esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1740658/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

Por fim, impende registrar que os apelos interpostos com fundamento no artigo 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da

Súmula n. 7/STJ, quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...) 4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.520/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 13/02/2017) (grifou-se)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora